

Intervenção proferida por ocasião da abertura da Conferência sobre a  
Transição Digital na Administração Pública

**Adão Francisco Correia de Almeida**

*(Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República)*

Luanda, 23 de Junho de 2022

Excelências

Distintos conferencistas

Minhas senhoras e meus senhores

Saúdo a todos os que se dignaram estar presentes, física ou virtualmente, para juntos reflectirmos sobre os caminhos para uma efectiva e positiva Transição Digital da Administração Pública Angolana.

Saúdo o Instituto de Modernização Administrativa (IMA) pela iniciativa, pela organização desta Conferência e pela sua rápida e consistente estruturação e afirmação, em pouco mais de um ano de existência.

Cumprimento calorosamente os prelectores nacionais e estrangeiros pela disponibilidade para partilharem connosco experiências e vivências de outras paragens que podem, estou certo, ser bastante úteis para a Administração Pública angolana.

Caros conferencistas

O mundo de hoje é caracterizado por mutações rápidas e constantes em todos os domínios. A noção que temos hoje do tempo e da urgência na transformação dos fenómenos é completamente distinta da que tínhamos há algumas décadas.

A história do Estado e da sua relação com o cidadão é marcada por uma permanente conexão entre prestação de serviço e demanda de serviço, entre capacidade de prestar e exigência de prestação. Ao longo da história, esta relação tem registado altos e baixos. Não poucas vezes, e pelas mais diferentes razões, o relacionamento entre o Estado e o cidadão é marcado por uma desilusão deste em relação ao serviço prestado pelo Estado. A desilusão e o descontentamento, contudo, têm sido o principal móbil para a necessidade permanente de reformar o Estado e buscar novas soluções.

As crises de relacionamento têm sido respondidas com “reinvenções” do Estado, na sua forma de ser e na sua forma de agir. Desde a construção do Estado-Nação, passando pelo Estado liberal ou optando pelo Estado

social, os decisores públicos têm sido incentivados a buscar modelos capazes de tornar o Estado mais capaz de responder à crescente demanda dos cidadãos por serviços.

Independentemente da construção ideológica do modelo de Estado, mais liberal ou menos liberal, mais Estado ou menos Estado, a generalidade das Nações enfrenta hoje o permanente desafio de responder à demanda dos cidadãos por mais e melhores serviços públicos. Esta demanda, convém sublinhar, é permanente, é crescente e é infinita.

Ora, uma procura por serviços públicos crescente, permanente e infinita tem que ser respondida com uma apresentação de soluções crescente, permanente e infinita. Mais do que elaborações ideológicas, dogmas e prisões a padrões, a Administração Pública precisa de ambição, audácia e pragmatismo na busca de soluções, sob pena de a sua relação com o cidadão se transformar numa desilusão endémica.

Para fazer face aos desafios de eficiência que se lhe colocam a todo o tempo, a Administração Pública precisa de se transformar permanentemente, de se adaptar a cada momento e de ser revolucionada sempre que necessário. No momento, a reinvenção do Estado impõe, de entre outras medidas, a adopção de um caminho em direcção à digitalização da prestação dos serviços públicos. A transição da Administração Pública tradicional e convencional, caracterizada pela presença física do utente no serviço público e pela burocracia do papel,

para a Administração Pública digital é incontornável e é inadiável. A transição digital da Administração Pública é um dos maiores desafios do Estado na actualidade para a melhoria na prestação de serviços públicos aos cidadãos.

Prezados conferencistas

Minhas senhoras e meus senhores

O diagnóstico da Administração Pública angolana e a percepção que, em geral, os cidadãos têm da nossa eficiência administrativa não deixam dúvidas quanto à importância da Reforma do Estado e, em particular, da imperiosidade da adopção e implementação de uma Agenda da Transição Digital para a Administração Pública.

Desde logo a extensão territorial afigura-se bastante desafiante. Com uma extensão de 1.246.700 Km<sup>2</sup>, Angola é 22.º maior País do Mundo e o 7.º maior do continente africano. Com esta extensão territorial e com uma considerável dispersão populacional é, sem dúvidas, um desafio gigantesco levar os serviços públicos a todos os cidadãos.

Por outro lado, considerando que os cidadãos são os destinatários dos serviços, é fundamental olharmos para a variável demográfica, a qual apresenta-nos desafios que temos que enfrentar e oportunidades que devemos aproveitar. Segundo as projecções do Instituto Nacional de Estatística (INE) para 2022, o País tem pouco mais de 33.000.000 de

habitantes. Destes, cerca de 64% constituem a população urbana e cerca de 36% a população rural. Cerca de 15.000.000, isto é 45% da população, têm entre 15 e 49 anos e a idade mediana nacional é de cerca de 17 anos.

Contudo, considerar apenas os dados actuais levar-nos-ia a uma visão do presente. Os desafios que temos impõem-nos, uma visão de futuro. Projectar a Administração Pública apenas para hoje, considerando apenas a demanda actual, não nos permite prepará-la para as necessidades do futuro, nem antecipar as melhores soluções para que ela seja eficiente.

Deste modo, tendo por base ainda a variável demográfica, os destinatários dos serviços públicos, considero avisado olharmos para um horizonte mais alargado. Segundo as projecções do INE para 2050, a população angolana deverá duplicar, devendo posicionar-se em quase 68.000.000 de habitantes. Destes, cerca de 40.000.000 constituirão a população urbana e cerca de 28.000.000 a população rural. Mais de 35.000.000, isto é 51% da população, deverão ter entre 15 e 49 anos e a idade mediana nacional deverá ser de cerca de 23 anos. Estima-se, por exemplo, que só a Província de Luanda tenha em 2050 quase 17.000.000 de habitantes.

É para essa realidade demográfica que temos que preparar a nossa Administração Pública! Para a demanda de serviço público que aí vem,

o modo tradicional que predomina na nossa Administração Pública não tem capacidade de resposta.

As projecções demográficas apresentadas oferecem-nos, por outro lado, um potencial de oportunidades que devemos ser capazes a aproveitar. Como na generalidade dos países africanos, a população angolana é maioritariamente jovem. De acordo com os dados oficiais, 63% da população tem menos de 25 anos. Tal representa uma grande oportunidade de transformação. Os jovens estão menos enclausurados em molduras preexistentes e mais facilmente se “embarcam” nas transformações que o mundo digital oferece. Precisamos de encarar esses dados como um activo e aproveitar o máximo possível.

Ilustres conferencistas

Para além da variável demográfica, que nos permite visualizar a expectativa de demanda por serviços públicos, para que exista equilíbrio na relação entre a necessidade de serviço e a capacidade de prestar serviço público, é fundamental olharmos para o pilar funcionário público, tanto numa perspectiva quantitativa, quanto numa perspectiva qualitativa.

No plano quantitativo, a Administração Pública civil em Angola conta hoje com cerca de 430.000 funcionários e agentes administrativos, sendo cerca de 265.000 nos sectores da educação e da saúde e os demais no regime geral e nas carreiras especiais. Nos últimos 20 anos, isto é, desde a conquista da Paz em 2002, a nossa Administração Pública mais do que

duplicou, saindo de cerca de 200.000 funcionários e agentes para 430.000, o que representa um crescimento exponencial, mais ou menos ajustado ao crescimento da população, que era de cerca de 17 milhões em 2002. Projectando o futuro, julgo fundamental procedermos a um estudo rigoroso para que possamos perspectivar a evolução quantitativa da Administração Pública e a possamos projectar para que tal aconteça no momento certo, nos sítios certos e, sobretudo, para que quem venha para a Administração Pública tenha o perfil adequado aos seus desafios.

Com o mesmo grau de importância devemos encarar a perspectiva qualitativa dos quadros da Administração Pública. Por muita quantidade que tenhamos, não seremos eficientes se não houver qualidade. Temos que assegurar que a quantidade e a qualidade andem de mãos dadas e sejam inseparáveis. Para tal, para além de continuar a aprimorar os mecanismos de ingresso na Administração Pública com mais rigor e transparência nos concursos públicos, devemos investir mais na formação dos funcionários e agentes administrativos, não apenas para que haja mais formação, mas também para que o perfil formativo seja cada vez mais adequado à demanda de serviços pelos cidadãos.

O terceiro pilar que devemos considerar é o dos meios, com particular ênfase para as infra-estruturas de telecomunicações e o acesso às tecnologias de informação e comunicação. De acordo com os dados oficiais, cerca de 9.500.000 cidadãos têm acesso à internet, cerca de 19.000.000 têm acesso a telefone móvel e o acesso à internet está

assegurado em 276 localidades, de entre sedes municipais, de Distrito Urbano e comunais.

Ora, grande extensão territorial, demanda de serviços públicos grande e com tendência crescente, população maioritariamente jovem e uma disponibilidade não negligenciável de infra-estruturas de telecomunicações em várias localidades do País, constituem os ingredientes necessários para que pensemos numa Agenda da Transição Digital da Administração Pública em Angola. É necessária, incontornável e inadiável se quisermos estar à altura da demanda actual e das exigências do futuro. Não há mais tempo a perder. Uma Transição Digital da Administração Pública, feita de modo integrado, rigoroso e coordenado, é a mais importante condição se quisermos chegar mais longe, mais rápido e com mais eficiência.

Ilustres conferencistas

Caros convidados

Ciente da importância e da dimensão deste desafio para a sobrevivência da nossa Administração Pública, o Executivo angolano, liderado por Sua Excelência João Manuel Gonçalves Lourenço, Presidente da República, tem desenvolvido acções com vista a simplificação de actos e procedimentos, a contínua desburocratização do agir administrativo e a digitalização da Administração Pública. São já muitas as iniciativas, cabendo-me destacar aqui o Projecto SIMPLIFICA.

Prevê-se aprovar muito brevemente a versão 2.0 do Projecto SIMPLIFICA, bem como várias iniciativas de digitalização de serviços públicos de que destaco a Janela Única de Prestação Não Presencial de Serviços Públicos, cujo protótipo será apresentado durante a presente conferência. Várias outras iniciativas no sentido da digitalização dos serviços públicos têm sido implementadas em vários sectores.

Precisamos, entretanto, de ir mais longe e de andar mais rápido. Por isso, o Executivo propõe-se aprovar em breve a Agenda de Transição Digital da Administração Pública para o período 2022 - 2027, cujos pressupostos e roteiro de implementação serão nos próximos dias apreciados pelos órgãos competentes. Esperamos que esta Conferência dê subsídios importantes para que a referida Agenda produza os resultados que dela esperamos.

O posicionamento de Angola nos principais índices sobre governação electrónica não deixa dúvidas quanto à necessidade e à urgência de uma Agenda de Transição Digital para a governação no nosso País. Por exemplo, no Índice de Desenvolvimento de Governação Electrónica da Organização das Nações Unidas de 2020, Angola ocupa a posição 159 de um total de 193 países considerados. Para melhorarmos o estado da arte, precisamos não só de investir mais, mas de assegurar que os investimentos são feitos de forma alinhada, estruturada, organizada e coordenada.

Os benefícios de termos uma Agenda da Transição Digital são inúmeros. Em primeiro lugar, e acima de tudo, maior eficiência na prestação do serviço público. Os dados falam por si. Os Países com melhor qualidade de serviço público são, regra geral, os que melhor têm conduzido os seus processos de digitalização da acção da Administração Pública.

Aliada à maior eficiência está a redução de custos. A generalidade dos estudos feitos sobre a matéria apontam para uma diminuição substancial do custo do serviço público prestado de modo digital quando comparado com a modalidade presencial.

Na medida em que diminui o contacto físico entre o utente e o serviço público, a digitalização dos serviços públicos concorre ainda para a promoção de uma maior transparência na Administração pública.

Não menos importantes são o aumento da confiança do cidadão na Administração Pública e o aumento da satisfação do utente pelo serviço público prestado. Aliás, esse é o fim último de qualquer serviço público: a satisfação do seu utente.

Não podemos perder de vista, contudo, os inúmeros desafios que um processo de transição digital para uma Administração Pública como a nossa, num País como o nosso oferece. De entre eles podemos destacar os desafios ligados ao capital humano, às fragilidades das infra-estruturas de telecomunicações, a baixa literacia digital, as particularidades das zonas rurais e a existência de uma ainda expressiva exclusão digital. De

igual modo, precisamos de olhar para os desafios da criação de uma cidadania digital, da soberania digital e da cibersegurança.

No mesmo sentido, urge prestar atenção especial à questão do financiamento da execução da Agenda, bem como da sustentabilidade financeira das soluções que ela propõe. Também aqui, maior coordenação e integração entre as várias iniciativas hoje dispersas pode representar uma redução substancial dos custos para o Estado.

No roteiro da nossa agenda digital devemos reservar um espaço para ampla consulta e participação cidadã, bem como para o fomento e o aproveitamento do espírito e do engenho criativo existentes, por exemplo por via das *start up*. Por vezes, as melhores soluções são provenientes de quem, estando fora da Administração Pública, tem a vantagem de pensar sem as limitações da máquina administrativa.

Estimados convidados

Excelências

Neste conferência pretendemos conhecer e colher experiências de outros Estados no domínio da digitalização da prestação do serviço público, na esperança de que com elas, uma vez adaptadas à nossa realidade, possamos encurtar caminho e mais rapidamente nos colocarmos na rota do desenvolvimento da governação electrónica em Angola.

Por outro lado, esperamos desta conferência uma profunda reflexão sobre onde estamos, onde queremos chegar e, sobretudo, como lá chegar.

Os temas seleccionados e a experiência dos prelectores dão-nos garantias de que teremos resultados positivos no final dos trabalhos.

Precisamos de uma nova Administração Pública. Nova na visão, nova na ambição e nova no agir. Precisamos de uma Administração Pública mais ágil, menos complexa, mais aberta e menos burocrática. Mais inovadora e mais eficiente.

Precisamos de caminhar em direcção à digitalização dos serviços públicos. Precisamos de reinventar a nossa Administração Pública. É o mínimo que se exige no século XXI, em plena quarta revolução industrial e na era da inteligência artificial. É imperioso, é urgente e é inadiável se quisermos ser competitivos e se quisermos ser eficientes. Espero que esta conferência nos ajude a alcançar este objectivo.

Muito obrigado pela vossa atenção.